

Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013

Rafael de Souza^a, Olivia Cristina Perez^b,
Fillipe Alexandre Oliveira Alves^c

Protestos entraram em cena. A observação, embora possa soar prosaica e talvez possa ser lida como anacrônica, uma vez que o Brasil teve episódios de mobilização frequentes e intensos ao longo do século XX, traduz transformações recentes incontornáveis para a reflexão sociológica contemporânea nacional. Este dossiê contribui para o debate acerca da política de protestos no Brasil atual, a partir de um deslocamento analítico que busca sobretudo alargar a compreensão do ativismo de rua fora dos grandes centros urbanos, visando cartografar casos em territórios geográficos pouco explorados na literatura nacional sobre movimentos sociais. Este dossiê¹ busca assim também destacar manifestações promovidas por coletivos como mulheres indígenas, pescadoras artesanais, juventudes periféricas dentre outros, que são frequentemente negligenciados em estudos centrados em movimentos urbanos ou em grandes capitais

Desde 2013, com o ciclo de protestos daquele ano, diferentes atores políticos, temas, agendas e um conjunto novo de identidades políticas passaram a ganhar visibilidade e impacto político por meio do protesto e da política não-institucional. Em meio à aparente disparidade dessas múltiplas formas de fazer política, o que se sobressaiu foi o retorno do protesto de rua como espaço privilegiado de embate político. Os protestos de 2013 marcaram o início de uma nova fase, influenciando tanto a composição quanto às estratégias dos movimentos sociais nos anos seguintes, e por conseguinte o campo de estudos sobre o tema.

Houve, a partir daí, uma retomada dos estudos de movimentos sociais, impulsionada pelo aumento da visibilidade dos protestos e pela emergência de novos

A Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: souza_ra@id.uff.br

B Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fillipe_alves@id.uff.br

C Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

1 O dossiê surge também a partir de discussões fomentadas no bojo do Protesto das Margens: Linguagem, Repertório e Agências antirracistas no século XXI do núcleo Afro Cebrap e que está ativo desde o ano de 2021 coordenado pela professora Flavia Mateus Rios, com o objetivo principal de compilar, sistematizar e analisar eventos de protesto com temas raciais e em comunidades periféricas no Brasil de 2013 a 2022.

repertórios de ação coletiva. O objeto viu seu apogeu nos anos 1980 com os movimentos pró-redemocratização, mas cujas promessas e encruzilhadas trazidas pela Constituinte de 1988 e a Nova República, deslocaram o interesse nos anos 1990 para grupos mais formalizados como ONGs e associações da sociedade civil. O foco então passava das ruas para as instituições estatais (ALONSO, 2009).

Com a chegada dos anos 2000, esse quadro se transmutou gradualmente até culminar no ciclo de protestos de junho de 2013 e na explosão de estudos acerca de movimentos sociais (Alonso, 2017; 2023; Tatagiba e Galvão, 2019; Kunrath et, 2011; PEREZ, 2019; Maciel e Machado, 2021). A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2003 e a lenta formação de um campo autonomista de contestação da política burocratizada contribuíram para a renovação nos movimentos sociais na arena pública. Com o ciclo inaugurado em junho de 2013, passando pela campanha contra a Copa do Mundo, as mobilizações em torno do impeachment de Dilma Rousseff (PT), a Primavera Feminista que culminaria no #EleNão em 2018 e as frequentes quedas de braço entre o campo da esquerda e a extrema-direita nas ruas a partir do governo de Jair Bolsonaro em 2019, as ruas passaram a ser um objeto de destaque na sociologia dos movimentos sociais.

Apesar dos avanços teóricos e metodológicos, como o desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa para o estudo de protestos e movimentos sociais, as análises predominantes ainda centralizam os acontecimentos nas capitais da região Sudeste. Este dossiê, intitulado “Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013”, busca redirecionar o foco para essas margens, explorando os conflitos, resistências e agenciamentos que têm moldado os espaços menos visibilizados do Brasil contemporâneo.

Organizado por Rafael de Souza (UFF), Fillipe Alves (UFF) e Olívia Cristina Perez (UFPI), este volume reúne contribuições originais sobre as práticas políticas e culturais de coletivos e movimentos sociais situados além das tradicionais arenas de visibilidade midiática e acadêmica. Ao mapear conflitos que perpassam as últimas décadas, os artigos apresentados neste dossiê destacam a potência política de atores historicamente marginalizados, como mulheres indígenas, pescadoras artesanais, coletivos negros, movimentos feministas e juventudes periféricas. Faz isso tendo atenção especial à variação geográfica da política de rua e à vastidão dos diferentes atores, agendas e estratégias de mobilização para além das fronteiras de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, os textos analisam como as dinâmicas locais configuram novas formas de olhar para o cenário nacional, revelando novos reper-

tórios de confronto, atores coletivos e pautas contra estruturas opressivas. Questões como a luta por reconhecimento territorial, a memória social como resistência, o enfrentamento ao racismo ambiental e a violência de Estado são tratadas neste volume. Cada contribuição atesta a vitalidade da política nas margens e amplia nossa compreensão das múltiplas geografias do confronto pós-2013.

O primeiro texto serve como uma introdução teórica frente aos debates acerca das identidades periféricas e a diversidade regional no Brasil contemporâneo. Intitulado “Como nomear a diversidade regional?”, de Olivia Cristina Perez (UFPI) e Kellen Carvalho de Sousa Brito (UFPI), o artigo revela a necessidade de um olhar para as múltiplas clivagens que compõem o território. Assim o espaço social e geográfico, são recortados por divisões importantes para a construção de identidades em fluxo. Clivagens como classe social, gênero, raça, sexualidade e região interagem e criam hibridismos políticos-culturais que representam um desafio analítico e metodológico. As autoras insistem corretamente na necessidade de reconhecimento da inventividade e autonomia dos próprios atores coletivos em seu ato de autonomar suas identidades e seu pertencimento ao território. Em outros termos, as autoras convidam o leitor, e a academia em geral a repensar as epistemologias do saber científico tendo como pano de fundo um diálogo profundo com os agentes estudados.

Entre os textos reunidos tratando dos casos, a viagem pela geografia política do país começa com o artigo “Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal”, de Vladimir Félix (UFDPAr), Cássio Marques (CUFSA), Osmar Braga (UFDPAr) e Alessandra Masullo (UFC), e explora como as pescadoras artesanais constroem processos de resistência e busca por reconhecimento socioespacial. Este texto aborda questões como racismo ambiental e os impactos do capitalismo sobre territórios pesqueiros, revelando o processo de formação das pautas que permeiam os movimentos sociais pesqueiros. As dinâmicas de exclusão econômica e ambiental que afetam diretamente os territórios pesqueiros, como a grilagem de terras e a exploração dos recursos naturais, estão no cerne das lutas desses movimentos. Assim, o autor busca evidenciar a linha porosa que separa o cotidiano e o ativismo político, ressaltando a transformação que diferentes espaços e experiências exercem para a ativação de identidades políticas.

A luta contra a violência de Estado aparece como tema central no artigo “A gente se uniu pela dor: coletivos de mães e práticas de (re)existência frente à violência do Estado no Ceará”, de Jéssica Silva Rodrigues (UECE), João Paulo Pereira Barros (UFC), Carla Jéssica de Araújo Gomes (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC) e Antonio Caio

Renan Silva Penha (UFC), investiga como coletivos de mães no Ceará, como “Mães do Curió” e “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”, emergem como dispositivos psicossociais de resistência frente à violência de Estado. A partir de uma pesquisa-inter(in)venção qualitativa, os autores analisam como essas mulheres transformam o luto em luta política, promovendo apoio mútuo e construindo novos repertórios de enfrentamento contra a necropolítica que vítima das juventudes negras e periféricas. O estudo ressalta as dimensões de cuidado e coletivização do sofrimento, evidenciando como os coletivos articulam memória e justiça, reafirmando a importância da aliança entre corpos e narrativas na reconfiguração de práticas de resistência em contextos de violência sistêmica.

De forma semelhante, O artigo “Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada”, de Marília Passos Apoliano Gomes (UFPI), explora as estratégias de resistência e ativismo da comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza-CE, frente às ameaças de remoção causadas por projetos de revitalização urbana. A autora analisa como as visitas guiadas, celebrações de aniversário e outros rituais de memorialização mobilizam a identidade coletiva e fortalecem a permanência dos moradores. Com base em uma etnografia realizada entre 2015 e 2017, complementada por atualizações em 2021 e 2022, o artigo destaca a centralidade das narrativas de pertencimento e da memória como instrumentos de luta sociopolítica. Além disso, evidencia como práticas cotidianas e eventos ritualizados constituem formas eficazes de resistência contra a gentrificação e reafirmam a importância da geografia na construção da identidade comunitária.

Seguindo para Teresina, o papel das mídias alternativas e contra-hegemônicas é explorado no artigo “Os alternativos dos alternativos: iniciativas comunicativas contra-hegemônicas em Teresina (PI)”, de Samária Araújo de Andrade (UESPI), André Luiz Carvalho Gonçalves (UFPI), Vitória Sousa Pilar (UESPI) e Luis Ricardo de Sousa Claro (UESPI), que investiga como meios de comunicação independentes emergem em cenários periféricos, tensionando estruturas de poder midiático tradicionais. Por meio de entrevistas com os midiativistas, o trabalho reenquadra a questão das mídias digitais e sua relação com a política enfatizando as mudanças no contexto do capitalismo global e como esse processo cria conflitos, atores coletivos e resistências.

Por sua vez, “Experimentações democráticas sociocentradas: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia”, escrito por Adriane Vieira Ferrarini (Universidad de Antioquia), apresenta um estudo inovador sobre práticas decoloniais e autônomas de organização política, demonstrando a vitalidade dos

movimentos indígenas na reinvenção de modelos democráticos. A autora propõe um construtivo confronto entre o legado da teoria da participação em solo nacional e as estratégias teórico-metodológicas decoloniais, enfatizando sobretudo como atores situados em áreas e locais políticos limítrofes constroem criativamente diferentes noções de democracia que recuperam e reinventam saberes tradicionais. Em resumo, a autora busca cartografar essa alteridade política conflitiva na construção do Estado brasileiro em seus múltiplos territórios.

O artigo “O Junho dos interiores: dinâmicas políticas fora do eixo nas jornadas de 2013”, escrito por Luís Antonio Groppo (UNIFAL), que ilumina protestos e mobilizações em cidades do interior do Brasil, desconstruindo narrativas centradas nas metrópoles do Sudeste. O artigo opta por uma pegada comparativa, muito presente na Teoria do Confronto Político praticada no Atlântico Norte, mas que ainda não ganhou tração nos estudos desta natureza em solo nacional. Olhando para cidades pequenas e médias, longe das capitais estaduais, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o autor pode flagrar como junho de 2013 teve distintas significações políticas em função do território.

O artigo “Coletivos culturais em São Paulo: resistência e subsistência diante da pandemia de Covid-19”, de Lucca Amaral Tori (USP) e Luana Hanaê Gabriel Homma (UFABC), investiga como coletivos culturais na cidade de São Paulo enfrentaram os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Baseado em entrevistas semi-estruturadas e revisão bibliográfica, o estudo explora as estratégias de resistência e organização autônoma dos coletivos “Coletivo da Quebrada” e “coletivA”, analisando suas práticas, dificuldades e adaptações durante o período de distanciamento social. O artigo destaca como os coletivos reconfiguraram suas atividades a partir do uso intensificado de tecnologias digitais e mobilizaram editais públicos, como a Lei Aldir Blanc, para garantir a continuidade de suas ações. Além disso, evidencia o papel das redes de solidariedade e do trabalho coletivo como instrumentos de subsistência em contextos de crise, reforçando a relevância das políticas públicas emergenciais para o setor cultural.

Em “As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes”, de Luiz Carlos Felizardo Júnior (UFMG), Crisolita Gonçalves dos Santos Costa (UFPA) e Josefa Alexandrina Silva (UNIFAL), o artigo dá um salto empírico notável ao enfatizar um caso pouco estudado na literatura sobre junho de 2013. Apesar da reconhecida extensão com que os protestos de junho se difundiram sobre o território nacional, aqui os autores pontuam o papel das diferentes dinâmicas regionais sobre as demandas e identidades coletivas. Partindo de um quadro que combina conceitos de diferentes correntes teóricas, os autores evidenciam o papel formativo de junho

de 2013 na socialização política de uma geração e a importância dos cruzamentos interseccionais na construção desses sujeitos políticos. O texto, portanto, discute a formação de novos agentes políticos no Norte do país, evidenciando como essas mobilizações moldaram as práticas políticas de juventudes periféricas.

O próximo artigo trouxe consigo um encadeamento metodológico de diferentes técnicas com o objetivo de compreender a atuação da Frente Feminista do Pará (FFPA), renovando o foco em outras territorialidades políticas expressas em outros trabalhos deste dossiê. Rayza Sarmiento (UFPA) em seu artigo “A Frente Feminista do Pará: uma análise do repertório de ativismo na cidade de Belém” convida o leitor a compreender o lento processo de construção de repertórios de confronto no estado do Pará. A autora, por meio de um vasto material empírico, analisa os impasses e decisões que moldam a construção de repertórios por parte dos ativistas. O foco aqui reside nas diferentes estratégias que as ativistas usam para reforçar fronteiras ou estreitar laços, sedimentando uma relação sempre cambiante com a política institucional.

Tomando uma nova direção, o texto “Ciclos de bloqueios de rodovia em Novo Progresso (Amazônia)”, de Renata Barbosa Lacerda (UFRJ) ajuda a levar o nosso olhar para uma performance típica e muito comum do repertório de ação no Brasil, mas pouco estudada até o presente momento: os bloqueios de rodovias. O artigo serve justamente como exemplo daquilo que o dossiê mirou. O foco nas grandes capitais acaba por deixar de lado uma performance política bastante difundida no interior do país. Os bloqueios costumam ser mobilizados por uma diversidade de atores coletivos, com diferentes alvos e pautas políticas. A autora, através de uma diversidade de fontes, analisa a continuidade dessa performance desde 2002 mostrando como a performance longe de ser uma tática “espontaneísta”, na verdade amarra uma diversidade de atores políticos situados na fronteira com o Estado.

Já rumando para o extremo Sul do país, “A ascensão da extrema direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre/RS”, de Jennifer Azambuja de Moraes (UFRGS), volta as atenções para a chamada “nova direita”. Com o impeachment de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, a sociologia brasileira viu surgir uma “mini-indústria” sobre os estudos de direita. Contudo, esses estudos tendem a sublinhar sobretudo os casos voltados nas grandes capitais do Sudeste. Outro ponto importante é que esses estudos estão voltados sobretudo para os ativistas pertencentes a grupos como Movimento Brasil Livre e ou apoiadores de Bolsonaro. Daí a novidade do texto que por meio de *surveys* longitudinais em jovens entre 13 e 24 anos na cidade de Porto Alegre procura entender as bases ideológicas dessa nova direita em ascensão. O estudo,

portanto, nos leva a entender as bases potenciais de recrutamento de ativistas e sua dinâmica política geograficamente situada.

Fechando a viagem, o artigo “Ocupação como texto: notas sobre as gramáticas de ação política de estudantes cearenses em 2016”, de Daniel Macêdo (UFOP) e Márcia Vidal Nunes (UFC), analisa o contexto político cearense após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Com as jornadas de junho, uma das ênfases da bibliografia recaiu sobre o papel das redes sociais na ebulição política daquele momento. O autor renova a aposta teórico-metodológica, mas recupera desta vez o trânsito entre o universo online e offline durante o ativismo. Como foco, o artigo procura entender como ocupações, outra performance bastante comum no repertório de confronto nacional, são construídas através da interação entre identidades, pautas e atores coletivos operando nos ambientes online e offline, mostrando como a territorialidade política não se resume ao espaço físico, mas é atravessado também pelas representações online nos espaços.

Por fim, o dossiê também apresenta uma novidade ao trazer o texto “Análise de Eventos de Protesto: decisões metodológicas na organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP) 2013-2016” de Angela M. Alonso (USP), Patrícia Jimenez Rezende (USP), Rafael de Souza (UFF) e Viviane Brito de Souza (USP). Mais do que um artigo, o texto traça todo o processo de construção do Banco de Eventos de Protesto (BEP, 2013-2016). O material veio na esteira dos eventos de 2013 e faz parte de iniciativas recentes de construir análises do ciclo recente a partir da Análise de Eventos de Protesto, técnica de pesquisa mais do que respaldada nos trabalhos de Charles Tilly, colegas e seguidores. Como trilha principal, o artigo traça todas as principais decisões presentes em um projeto desse tipo e que ajudaram a construir o BEP: definição de eventos de protesto, seleção de fontes, escopo da amostra, construção das variáveis e, por fim, codificação, consistência e métodos de análise. O texto, portanto, visa refletir sobre as dificuldades na construção de projetos focados em protesto, ao mesmo tempo que oferece aos leitores um ponto de apoio não-dogmático para construção de suas pesquisas individuais, visando difundir e aprofundar estudos que mobilizem a análise de eventos de protesto em solo nacional.

Como conclusão, o dossiê quis destacar não somente a pluralidade de casos, mas também a variedade de aportes teóricos metodológicos. Das teorias da subjetivação à Teoria do Confronto Político, os trabalhos aqui reunidos representam a vitalidade dos estudos de movimentos sociais e protesto em outros locais de produção acadêmica no Brasil. Os textos apresentados aqui concebem os movimentos sociais como estratégias de ação coletiva que desafiam estruturas de poder e expressam demandas públicas por meio de campanhas sustentadas, repertórios diversos e demonstrações

de valor, unidade, número e comprometimento (VUNC) (Charles Tilly, 2010). Essas formas articulam a contestação de grupos marginalizados em contextos onde as instituições formais não atendem adequadamente às suas necessidades, criando novas linguagens e práticas políticas. As contribuições aqui reunidas reafirmam a relevância das mobilizações enquanto práticas democráticas em contextos adversos. Desde bloqueios rodoviários na Amazônia até festas comunitárias como resistência urbana, os artigos mostram repertórios de ação adaptados às especificidades locais, reforçando a relevância de culturas e identidades comunitárias na construção de mobilizações. Além disso, campanhas sustentadas, como as lideradas por pescadoras artesanais e coletivos indígenas, demonstram o poder transformador das margens na reconfiguração do cenário político nacional.

Além disso, os textos que indicam como as interseccionalidades e as dinâmicas regionais redefinem os debates sobre o ciclo de confrontos políticos iniciado em 2013 (Rios et al., 2018), apontando a necessidade de superar análises sudestecêntricas (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Nesse sentido, nos convidam a refletir como as interseccionalidades de raça, gênero e território estruturam repertórios e demandas, revelando que as margens não apenas reagem, mas produzem novas formas de resistência e invenção política. Assim, o dossiê reafirma o papel das periferias como locais de contestação e transformação.

Este dossiê não apenas documenta essas mobilizações, mas também busca provocar um diálogo crítico sobre a necessidade de descentralizar os estudos sobre política no Brasil. Ao desafiar perspectivas sudestecêntricas, os artigos reunidos expandem os horizontes analíticos, demonstrando que as margens não são apenas receptores passivos de políticas centralizadas, mas espaços de invenção, resistência e transformação.

Este volume é, portanto, uma celebração da pluralidade política brasileira e uma convocação para repensar os marcos teóricos e metodológicos que têm norteado os estudos sobre protestos e movimentos sociais. Além disso, o dossiê pode apontar para caminhos profícuos para pesquisas futuras. A construção de bases compartilhadas de dados sobre eventos de protesto pode permitir por exemplo importantes insights comparativos entre os distintos territórios, ajudando a compreender padrões e diferenças entre as regiões e seus modos de fazer política. Isso permitiria por exemplo compreender diferentes trajetórias de mobilização na geografia brasileira. Novas investigações futuras poderiam compreender as diferentes trajetórias regionais de polarização política e seus impactos atuais.

Por fim, outros dois pontos podem receber mais atenção futuramente. A relação entre território e o ativismo pode ainda ser estudada sob o ponto de vista

das diferentes escalas de atuação – do local ao global – procurando entender como os ativistas equacionam diversas estratégias nessas escalas. Vários trabalhos procuraram retratar como os territórios também eram equacionados com diferentes identidades e clivagens políticas, levando a concluir que mais estudos precisam enfrentar a interseccionalidade como uma das dimensões importantes dos movimentos sociais e dos protestos.

Convidamos o leitor a explorar este vasto mosaico de experiências, onde a política emerge em formas criativas, como a resistência por meio de celebrações comunitárias politizadas, os bloqueios de rodovias na Amazônia, as mídias ativistas, ocupações e as campanhas territoriais lideradas por pescadoras artesanais, dentre outras formas de ativismo. Esse mosaico revela uma diversidade de atores, estratégias e pautas por trás dos holofotes tradicionais, mas cuja presença nas margens indicam ramificações teórico-metodológicas importantes e nos provocam a refletir sobre os diferentes modos de se fazer política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, v. 76, p. 49-86, 2009.
- _____. A política das ruas: protesto em São Paulo de Dilma a Temer. *Revista Novos Estudos: São Paulo, Especial*, p. 49-58, jun. 2017.
- _____. Treze: A política de rua de Lula a Dilma. *Companhia das Letras*, 2023.
- PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019.
- MACIEL, Débora Alves; MACHADO, MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS. Flows of protest control in São Paulo (2013-2014). *Novos estudos CEBRAP*, v. 40, n. 2, p. 227-241, 2021.
- RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Dinâmicas da ação coletiva: análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS. 2011. p. 6-11.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, v. 22, p. 140-166, 2016.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press, 2010.

Recebido: 01/10/2024 | Aprovado: 15/01/2025